ATA DA 57ª REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO

Ata da 57ª Reunião do Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico, realizada em 21 de agosto de 2015, à 13h30, na Sala de Reuniões da Presidência, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Flávio Renato Jaquet Rostirola, presentes os membros do Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico, designados pela Portaria GPR N. 664, de 13 de maio de 2014, disponibilizada no Diário de Justiça Eletrônico de 14 de maio de 2014, a saber, o Excelentíssimo Senhor Juiz Assistente da Corregedoria Doutor Márcio Evangelista Ferreira da Silva, o Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito do 7º Juizado Especial Cível de Brasília Doutor Flávio Fernando Almeida da Fonseca, o Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito Substituto do CEJUSC-JEC-BSB Doutor Josmar Gomes de Oliveira, o Excelentíssimo Senhor Procurador de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios Doutor André Vinícius Espírito Santo de Almeida, o Excelentíssimo Senhor Procurador do Distrito Federal na Procuradoria-Geral do Distrito Federal Doutor Alexandre Moraes Pereira, a Excelentíssima Senhora Defensora Pública do Distrito Federal Sandra Aparecida Dohler Ferreira, a Excelentíssima Senhora Conselheira da OAB/DF Hellen Falcão, a Senhora Coordenadora da COSIST Doutora Kátia de Souza Prates, o Senhor Secretário do Processo Judicial Eletrônico Doutor Declieux Dias Dantas, a Senhora Assessora do Procurador-Geral de Justiça do MPDFT Doutora Gabriela Badaró e o Senhor Secretário Executivo de Tecnologia da Informação do MPDFT Doutor Rodrigo Castro Jesuíno da Silva. Ausentes, justificadamente, o Excelentíssimo Senhor Juiz Assistente da Presidência Doutor Eduardo Henrique Rosas, a Excelentíssima Senhora Juíza Assistente da Primeira Vice-Presidência Doutora Marilza Neves Gebrim, tendo indicado para substituí-la nesta reunião, a Senhora Secretária de Gestão Documental Ellen Cristina Lima Carneiro e o Senhor Secretário-Geral Doutor Celso de Oliveira e Sousa Neto. O Excelentíssimo Senhor Desembargador Flávio Rostirola abriu os trabalhos, submetendo à apreciação dos membros do Comitê a Ata da 56ª Reunião do Comitê Gestor, realizada em 14 de agosto de 2015. Não havendo impugnação, declarou a ata aprovada. Na sequência, a Excelentíssima Senhora Defensora Pública Doutora Sandra Aparecida Dohler fez uma reclamação quanto à lentidão do sistema no Fórum Leal Fagundes, ocasião em que o Senhor Secretário do PJE mencionou que há dois meses tivemos um problema de lentidão do sistema e que foi necessária a troca dos switches. Na sequência, o Excelentíssimo Senhor Presidente do Comitê Gestor questionou sobre as intercorrências no decorrer da última semana, oportunidade em que o Senhor Secretário do PJE informou que hoje o link ficou fora em Taguatinga. O Senhor Presidente do Comitê Gestor ressaltou que é preciso dar uma solução para esses problemas recorrentes do sistema. Em seguida, passou-se ao **segundo item da pauta: Citação do Distrito Federal, por intermédio da Procuradora Geral do Distrito Federal – PGDF, exclusivamente, pela via eletrônica – PJE**. Na oportunidade, o Excelentíssimo

Senhor Procurador do Distrito Federal na Procuradoria-Geral do Distrito Federal Doutor Alexandre Moraes Pereira informou que a partir de 1º de setembro de 2015, a PGDF terá condições de começar a receber as intimações e citações dirigidas ao DF e às autarquias por ela representadas pela via eletrônica. Todavia, o Senhor Procurador ressaltou que as liminares referentes às ações da área de saúde (principalmente aquelas que digam respeito à internação em leitos de UTI) precisarão ser entregues por oficiais de justiça, tal como ocorre atualmente. Conforme esclareceu, existe uma Central de Regulação de Leitos, responsável pelo gerenciamento dos leitos. Segundo asseverou, essa Central de Regulação não estaria preparada, neste momento, para receber intimações de decisões judiciais na forma eletrônica, mas que em um futuro próximo, será possível reavaliar essa questão. Na sequência, passou-se ao **terceiro item da pauta: Contrato do E-CARTA**. Na oportunidade, a Senhora Secretária de Gestão Documental Ellen Cristina Lima Carneiro informou que a SEGD está em tratativas com os Correios, objetivando a inclusão do serviço do e-carta a partir da próxima prorrogação do contrato, o que deve se efetivar em dezembro de 2015. Questionada se em algum momento, os Correios interpuseram algum obstáculo ao contrato com o Tribunal, a Senhora Secretária de Gestão Documental esclareceu que em nenhum momento houve óbices por parte dos Correios. A Senhora Secretária reiterou que a partir de dezembro de 2015, o serviço estará contratualmente disponível. Acrescentou que a COSIST e a SEPJE já fizeram a análise da matriz de regras do e-carta, disponibilizada pelos Correios nas tratativas de contratação para integrar ao sistema da área fim. Na ocasião, ressaltou que está tudo correto em relação à parte de contratação, sendo necessário que a COSIST e a SEPJE iniciem o desenvolvimento para integração com os sistemas utilizados pelas unidades judiciais. O Senhor Secretário do PJE esclareceu que o CNJ prometeu nos entregar o V-POST integrado ao PJe, mas o desenvolvimento não evoluiu. Afirmou que o e-carta apresenta linguagem mais compatível com o PJe, a justificar a migração para o e-carta. A Senhora Coordenadora da COSIST Kátia de Souza Prates informou que o V-POST é outra ferramenta que estava sendo avaliada mas a integração com o PJe seria muito trabalhosa, ratificando o posicionamento pelo serviço e-carta como mais vantajoso, por ser uma solução de comunicação adequada para atender às necessidades de envio de documentos oficiais, tais como citações judiciais, que exigem sigilo e comprovação de entrega ao destinatário. Com a chegada da Conselheira Hellen Falcão, representante da OAB/DF, às 14 horas, o Senhor Presidente do Comitê Gestor retornou ao **segundo item da pauta, relativamente a citação da PGDF** e foi relatado que a partir de 1º de setembro de 2015, a PGDF passará a receber citações e intimações eletronicamente. Todavia, a Central de Regulação de Leitos continuará sendo intimada por oficiais de justiça e a Conselheira Hellen Falcão manifestou-se no sentido de que deveria existir uma central única, com funcionamento 24 horas, o que facilitaria para os oficiais de justiça. Na ocasião, o Excelentíssimo Senhor Procurador

Alexandre Moraes Pereira destacou que a Central de Regulação já funciona 24 horas e enfatizou que até que a Central consiga se organizar para receber as intimações eletronicamente, será necessário manter a intimação através de oficial de justiça. Outro ponto destacado pela Senhora Conselheira foi que não estão acontecendo audiências de conciliação quando a Administração é parte e destacou que é interessante que haja esse momento do acordo. O Excelentíssimo Senhor Juiz Flávio Fernando enfatizou que essa foi uma solicitação da PGDF e se houver interesse do Estado em manter essa audiência é necessária uma manifestação nesse sentido. O Excelentíssimo Senhor Procurador de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios André Vinícius Espírito Santo de Almeida apontou a necessidade de discussão quanto à possibilidade de juntada de petição ou prolação de decisão, enquanto o processo está com vista ao MP. Apontou preocupação quanto ao transcurso de prazo em relação a esses novos documentos (petições, decisões/despachos). O Excelentíssimo Doutor Flávio Fernando Almeida afirmou que a juntada de nova petição não abre automaticamente o prazo, o que não impede que o MP ou a Defensoria tratem desde logo do objeto da peça. A Excelentíssima Senhora Defensora Pública Doutora Sandra Aparecida Dohler sugeriu que as peças novas não fiquem disponíveis, tendo o Excelentíssimo representante do MP ponderado, invocando a celeridade processual, que as peças podem ficar disponíveis, o que não afasta o registro da questão na ata da reunião. A Senhora Conselheira da OAB/DF solicitou que fosse realizada uma apresentação para os membros do Comitê sobre o fluxo interno de processos no PJE, para que todos possam compreender melhor como funciona o sistema. O Senhor Presidente do Comitê Gestor acolheu a sugestão e propôs ao Senhor Secretário do PJE que a apresentação aconteça na próxima sexta-feira, dia 28/08/2015, inclusive com o convite extensivo ao Desembargador Presidente Getúlio de Moraes. Em seguida, a Senhora Conselheira informou que os modelos de Taguatinga foram atualizados e estão corretos. Em seguida, a Senhora Conselheira noticiou que participou da **Mesa-Redonda: Processo Judicial Eletrônico – Aspectos Jurídicos da Lei 11.419/2006,** realizado hoje, dia 21 de agosto de 2015, das 8h30 às 12h, no Auditório da Sede do MPDFT. Conforme informou, o evento teve como objetivo propiciar conhecimentos jurídicos adicionais sobre o PJE. Afirmou que a OAB prepara projeto de lei para provocar alterações da Lei 11.419/2006, tendo apresentado ao Comitê, os pontos considerados importantes, a saber: atualização em relação ao novo Código de Processo Civil – CPC; implantação do Diário de Justiça Eletrônico por todos os tribunais; definição explícita do horário limite para o peticionamento eletrônico; amplo acesso ao Poder Judiciário, através de um Cadastro Único, validado pelo CNJ, para que o advogado possa peticionar com login e senha; prorrogação automática de prazos, entre outras questões que foram levantadas. Em seguida, a Senhora Conselheira da OAB/DF questionou a razão de a indisponibilidade ocorrida no dia 19 de agosto não estar registrada no monitoramento do sistema. O

Senhor Secretário do PJE afirmou que não se tratou de indisponibilidade, mas de erro de sistema e que gerou prorrogação de prazo. O Excelentíssimo Senhor Procurador do Distrito Federal Doutor Alexandre Mores Pereira apontou que a questão se relaciona com o conceito de indisponibilidade, ao que a Senhora Conselheira da OAB/DF afirmou que, para resguardo dos advogados, a indisponibilidade teria de constar do relatório. O Senhor Presidente do Comitê Gestor sugeriu a apresentação pela OAB de proposta para discussão oportuna. Na sequência, após provocação do Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito do 7º Juizado Especial Cível de Brasília Doutor Flávio Fernando Almeida da Fonseca, o Excelentíssimo Senhor Juiz Assistente da Corregedoria questionou sobre as tarefas que podem ser realizadas por estagiários no PJe. O Senhor Secretário do PJE informou que os estagiários têm acesso para tarefas sem certificação digital. O Excelentíssimo Senhor Juiz Márcio Evangelista afirmou que, com login e senha próprios, os estagiários poderiam atuar autorizados pelo Provimento. O Senhor Secretário do PJe afirmou ser possível preparar o sistema para que os estagiários minutem os atos e os remetam aos juízes. O Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente do Comitê Gestor determinou que seja apresentada na próxima reunião listagem das tarefas possíveis aos estagiários. Em seguida, o Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente do Comitê Gestor informou que tem intenção de convidar o Doutor Flávio Leite para integrar o Comitê Gestor, em face da experiência do magistrado com os processos eletrônicos e acredita que ele irá somar ao grupo com seus conhecimentos. Na oportunidade, o MM Juiz de Direito Doutor Josmar fez um pedido à Doutora Hellen Falcão no sentido de reforçar nos treinamentos que são dados aos advogados e orientações que têm sido repassadas, para que os advogados tenham um maior cuidado na hora de nominar as peças do processo e garantiu que essa cautela, pode inclusive dar mais agilidade as questões. A Senhora Conselheira assegurou que isso tem sido colocado para os advogados e que será reforçado, mas também destacou que existem cerca de setecentos assuntos e que muitas vezes o advogado acaba optando por não dedicar tempo a essa tarefa. Foi reforçado pela Senhora Coordenadora da COSIST que essa é uma mudança de paradigma e que por não estar corretamente classificado, o processo pode não receber a urgência devida no momento inicial. Em seguida, o Excelentíssimo Senhor Desembargador Flávio Rostirola agendou a 58ª Reunião para o dia 28 de agosto de 2015, sexta-feira, às 13h30. Exaurida a pauta e não havendo outras deliberações por parte dos presentes, encerrou a sessão às 15 horas, determinando que fosse lavrada a presente ata, que por ser a expressão da verdade segue assinada por todos os presentes.

DESEMBARGADOR FLÁVIO ROSTIROLA
Presidente do Comitê Gestor do PJE

MÁRCIO EVANGELISTA FERREIRA DA SILVA
Juiz Assistente da Corregedoria

FLÁVIO FERNANDO ALMEIDA DA FONSECA
Juiz de Direito do 7º Juizado Especial Cível de Brasília

JOSMAR GOMES DE OLIVEIRA
Juiz de Direito Substituto do CEJUSC-JEC/Brasília

ANDRÉ VINÍCIUS ESPÍRITO SANTO DE ALMEIDA
Procurador de Justiça do MPDFT

SANDRA APARECIDA DOHLER FERREIRA
Defensora Pública da Defensoria Pública do DF

ALEXANDRE MORAES PEREIRA
Procurador do Distrito Federal na Procuradoria-Geral do DF

HELLEN FALCÃO
Conselheira da OAB/DF

ELLEN CRISTINA LIMA CARNEIRO
Secretária de Gestão Documental

DECLIEUX DIAS DANTAS
Secretário do PJE

KATIA DE SOUZA PRATES
Coordenadora da COSIST

GABRIELA BADARÓ
Assessora do Procurador-Geral de Justiça do MPDFT

RODRIGO CASTRO JESUÍNO DA SILVA
Secretário Executivo de TI do MPDFT